

RELATÓRIO ANUAL 2020

# RELATÓRIO ANUAL 2020



  
**SICOOB**  
Credivar

# SUMÁRIO

Mensagem da Diretoria Conselho de Administração	<b>01</b>	Relatório de Administração	<b>15</b>
Registros Legais	<b>01</b>	Gráficos Demonstrativos	<b>18</b>
FGCoop	<b>04</b>	Notas Explicativas	<b>30</b>
Estrutura Organizacional	<b>05</b>	Relatório de Auditoria	<b>60</b>
Código de Ética	<b>05</b>	Parecer Conselho Fiscal	<b>60</b>
Norteadores Estratégicos	<b>06</b>		
Produtos e Serviços	<b>06</b>		
Gerenciamento de Riscos	<b>09</b>		

**Somos uma cooperativa de crédito para todos os tipos de produtores.**

Aqui você tem autonomia sobre seu capital, participa das decisões e tem parte no lucro.

Abra novas oportunidades com a gente.



# MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

A retração da economia brasileira em 2020, projetada em 6,5% será uma das grandes sequelas deixadas pela pandemia do corona vírus. A reação dependerá das medidas e políticas capazes de ampliar a capacidade de inovação das empresas e a produtividade da força de trabalho.

Em 2020 nosso planejamento foi direcionado para incentivar a expansão dos negócios de forma sustentável e duradoura, procurando entender a dinâmica do ambiente empresarial que foi caracterizado por rápidas transformações, enfrentando os desafios de um mundo incerto, em função da pandemia instalada, com a clareza de que a criatividade e a inovação são cada vez mais importantes para desenvolver narrativas que pudessem impactar positivamente nos negócios de nossos cooperados. O Planejamento para 2020, definido em 2019, foi repentinamente alterado em função dos acontecimentos.

Com um esforço incomum, direcionamos nossos objetivos para atender a demanda por crédito de nossos cooperados em todos os segmentos da economia: crédito rural, crédito pessoal PF, crédito para PJ, investimentos, financiamentos, entre outros.

Dezenas de milhões de reais foram

direcionados para apoio às empresas, pessoas físicas e ao agronegócio, além das repactuações efetivadas de acordo com a Resolução 4.782 do Banco Central do Brasil. Resultado dessas medidas foi o retorno do crescimento da economia de forma geral e o impacto na geração de renda e empregos novamente, mesmo que de forma gradativa.

Mais uma vez confirmamos e cumprimos nossos compromissos com os cooperados, com uma atuação sustentável, sempre baseada em critérios de governança e de responsabilidade social.

Em um ano atípico, quando todo o planejamento é afetado por questões que fogem ao planejamento estratégico das empresas, conseguimos alcançar resultados que comprovam nossa capacidade de adaptação e nossa estrutura de enfrentamento.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou efetivamente em vigor em setembro de 2020, trazendo uma extensa lista de regras sobre privacidade e proteção de dados pessoais para organizações públicas e privadas no Brasil.

O Sicoob Credivar alinhado a esse novo cenário e buscando se manter em conformidade com a

legislação, deu início ao mapeamento e adequação de todos os processos à Nova Lei. Com certeza, esse avanço da legislação e nossa adaptação, trará ainda mais segurança e robustez na estrutura administrativa da cooperativa, assim como o respeito ao tratamento dos dados pessoais de nossos cooperados.

Agradecemos a todos os cooperados, parceiros, fornecedores, colaboradores e tantos outros que nos permitiram contabilizar mais um ano de bons resultados.

## REGISTROS LEGAIS

Certificado de Autorização do Banco Central do Brasil:  
n° 4494251/88 de 18/01/89.  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:  
n° 31400003886 de 08/05/89.

Inscrição no CNPJ (MF):  
25.798.596/0001-48.

Certificado de Registro na OCEMG:  
n° 694 de 17/06/89.

Cooperativa de Crédito Credivar  
LTDA - Sicoob Credivar  
Rua Silvio Cougo n° 680 - Vila Paiva -  
Varginha-MG.  
Tel. (35)3219-4740 - Cep. 37018-020

[www.sicoob.com.br/web/sicoobcredivar.com.br](http://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredivar.com.br)

# FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

## FGCOOP



O Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de direito privado e de abrangência nacional, tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e os bancos cooperativos. Seu objeto é prestar garantia aos depósitos e investimentos dos correntistas (associados) nos casos de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial. Atua ainda de forma preventiva na manutenção da saúde financeira dos cooperados brasileiros, podendo contratar operações de assistência financeira nas instituições associadas, seja diretamente ou por intermédio da respectiva Central ou Confederação.

A missão do FGCoop é proteger os depositantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) nos limites da regulamentação (resolução nº 4.284/2013 – até o valor de R\$ 250 mil, limitado ao saldo existente), contribuindo para sua solidez, perenidade e imagem do sistema cooperativo de crédito nacional.

Dessa forma, o foco da atuação do FGCoop está estabelecido em três aspectos fundamentais: proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos; contribuir para a prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista; e contribuir para a manutenção da estabilidade do SNCC.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente:** José Pedro Garcia Reis

**Vice-Pres.:** Ruy Reis Villela

**Conselheiros:** Artur Queiroz de Sousa  
Christina de Siqueira R. Pinto  
Fernando Graciano Pereira  
Leandro Reguim  
Luis Carlos Martins Porto

## CONSELHO FISCAL

**Efetivo:** Eduardo Moraes Ferreira  
Guilherme Salgado Rezende  
Sebastião Aluísio de Sales

**Suplente:** Marcos Paiva Foresti  
João Arthur S. Rodrigues  
Lauro Giovanni C. Siqueira

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Diretor Administrativo:** Ricardo Campos Borges  
**Diretor de Negócios:** Renato Rezende Paiva  
**Diretor de Riscos:** Arthur Coelho Porchat de Assis

**Quadro Funcional:** 258 empregados em 30/03/2021



# CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIVAR aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.





# NORTEADORES ESTRATÉGICOS



## PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

---

## VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

---

## MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

---

## VALORES

- > Respeito e valorização das pessoas.
- > Cooperativismo e sustentabilidade.
- > Ética e integridade.
- > Excelência e eficiência.
- > Liderança inspiradora.
- > Inovação e simplicidade.

# PRODUTOS E SERVIÇOS

## SERVIÇOS BANCÁRIOS

- Aplicações financeiras;
- Cartões de débito e crédito;
- Transferências de numerários (DOC e TED e intercredis);
- Aplicativos Sicoob: SICOOBNET (acesso a conta corrente), SICOBCARD MOBILE (gestão de cartão de crédito) e MINHAS FINANÇAS (gestão de finanças);
- Autoatendimento;
- Cobrança de boleto bancário;
- Recebimento de água, luz, telefone e convênios em geral;
- Recebimento de tributos estaduais e municipais;

## OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL

- FUNCAFÉ (custeio/colheita);
- FUNCAFÉ Estocagem;
- Custeio Agrícola e Pecuário;
- Pré-comercialização;
- PRONAMP e PRONAF;
- BNDES;
- FINAME;
- Cédula de produto rural – CPR;
- Financiamento de adubos e fertilizantes;

## EMPRÉSTIMOS COMERCIAIS

- Empréstimo pessoal e Capital de Giro;
- Descontos de recebíveis (cheques e boletos);
- Financiamento de veículos, máquinas e equipamentos agrícolas;
- Financiamento de materiais para construção e energia fotovoltaica;
- Conta Garantida;
- Cheque especial;
- Consignado para aposentados INSS e servidores públicos federais.
- Crédito Pré-Aprovado

## PRODUTOS ESPECÍFICOS PARA PESSOA JURÍDICA

- Conta Garantida;
- Descontos de recebíveis (cheques/duplicatas/boletos);
- Empréstimo Capital de Giro – CREDIPLAN;
- Antecipação de Recebíveis de Cartão;
- Linhas de BNDES e BDMG;
- Linhas especiais: Capital de Giro Natal;
- Conta salário;
- Serviço de Adquirência: SIPAG – a maquininha de cartões do cooperativismo;
- Cobrança Bancária – serviço próprio para emitir boletos e gerenciar suas vendas a receber;
- Coopcerto – cartões pré-pagos de benefício.



## SEGURO

- Automóveis (carros de passeio, caminhões, pick-ups e motos);
- Café, milho e soja (seguro de lavoura para granizo e geadas);
- Empresarial (lojas, depósitos de café, etc);
- Residencial (residência habitual ou veraneio);
- Transporte de passageiros;
- Propriedade Rural;
- Vida individual, empresarial, coletivo, acidentes pessoais de empregados rurais (não nominado);
- Prestamista;
- Máquinas e equipamentos (em geral);
- Vida mulher;
- Renda protegida;
- Equipamentos portáteis (celulares, tablets, notebooks, etc).

## PLANO TELEFÔNICO CORPORATIVO OI, VIVO E TIM

- Ligações ilimitadas para qualquer operadora;
- Internet 4gb;
- Condição Comercial exclusiva para o público cooperado.

## COOPERATIVA SOLAR (ENERGIA FOTOVOLTAICA)

- Economia e sustentabilidade sem investimento através da parceria Sicoob Credivar e Sunwise que promove os benefícios da energia solar em sua propriedade.

## MESA DE OPERAÇÕES

- Operações em Mercado Futuro, Opções e Bovespa;
- Comercialização de CPRs;
- Capital de Giro – Adiantamento Contrato a termo;
- Informações diárias de mercado aos cooperados.

## PLANO DE SAÚDE

- SPA – Plano para o produtor rural. Trata-se de uma autogestão em planos de saúde, sem fins lucrativos, voltada para atender todos os produtores rurais e seus familiares.

## CONTA UNIVERSITÁRIA

- Conta sem tarifa de manutenção, integralização reduzida, cartão de crédito e cheque especial, focado nas necessidades dos universitários.

## CONSÓRCIO

- O Sicoob oferece diversos planos de consórcios com condições especiais para aquisição de automóveis, imóveis, motocicletas, caminhões, utilitários, tratores e serviços. A ajuda certa para o cooperado conquistar o seu sonho.

## PREVIDÊNCIA

- O Sicoob Previ é um plano de previdência complementar fechado, diferenciado e exclusivo aos associados do Sicoob, seus cônjuges e dependentes econômicos. A estrutura do plano contempla contribuições mensais e possibilidade de aportes eventuais, sempre que o contribuinte desejar. Oferece também a possibilidade de contratação de cobertura de risco por invalidez e morte.

# GERENCIAMENTO DE RISCOS





# GERENCIAMENTO DE RISCOS

Estrutura de Gerenciamento de Capital  
do Sistema de Cooperativas de Crédito  
do Brasil - Sicoob 2020



## Apresentação

**1.1** O Sicoob Confederação, por meio da Superintendência de Gestão de Riscos e Capital, com reporte ao Diretor de Desenvolvimento e Supervisão é o responsável pela gestão centralizada e integrada de riscos e capital das entidades do Sicoob, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital, os quais possuem manuais próprios, estabelecendo padrões para as respectivas instrumentalizações.

**1.2** A alocação racionalizada de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos e de capital conferem transparência, eficácia e tempestividade às atividades das entidades do Sicoob.

**1.3** No Sicoob, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos das cooperativas, proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica das cooperativas, sendo capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que as entidades do Sicoob atuam.

**1.4** A gestão centralizada de riscos e de capital não desonera as responsabilidades das cooperativas, as quais devem, também, indicar diretor para gerenciamento de riscos (CRO) e diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de capital, nos casos das cooperativas enquadradas no segmento S4, e diretor responsável pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, nas cooperativas enquadradas no segmento S5.

**1.5** O Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

**1.6** As políticas institucionais de gestão de riscos e de capital são aprovadas no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, e revisadas, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo respectivo gerenciamento de risco do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

**1.7** As políticas institucionais estabelecem diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento de risco das entidades do Sicoob.

**1.8** Os sistemas, modelos e procedimentos aplicáveis ao processo centralizado de gerenciamento dos riscos e capital do Sicoob Confederação são avaliados, anualmente, pela

Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), criada a partir das exigências da Circular nº 3.799/2016, do Banco Central do Brasil.

**1.9** Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no referido processo.

## 2. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

**a)** identificação, avaliação e tratamento do risco operacional;

**2.1** A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:

**b)** documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;

**c)** realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;

**d)** elaboração de propostas de atualização da política sistêmica;

**e)** disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados relevantes.

**2.2** O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

**2.3** A Plataforma de Gestão de Processos e Controles (PGPC), nos módulos *Risco Operacional* e *Controles Internos – Ações*, auxilia no processo de gerenciamento do risco operacional.

**2.4** O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:

**a)** identificação do risco operacional: atividade

realizada por meio da análise dos processos da entidade, verificando, também, os riscos, as causas e controles identificados e incluídos na PGPC;

**b)** avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para determinação dos riscos que deverão receber tratamento. É realizada por meio da PGPC, módulo *Risco Operacional*, com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais;

**c)** tratamento do risco operacional, realizado por meio da PGPC, Módulo Risco Operacional, pela adoção dos procedimentos de:

**c.1)** implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais. Essa atividade é realizada por meio da PGPC, módulo *Controles Internos – Ações*;

**c.2)** verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação;

**c.3)** crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia;

**c.5)** guarda, pelos gestores das áreas da entidade, de documentos que evidenciam a efetividade, tempestividade e conformidade dos procedimentos, controles e/ou das ações de tratamento dos riscos operacionais, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, da Área de Controles Internos e do Banco Central do Brasil.

**d)** documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais:

**d.1)** as perdas operacionais e as recuperações de perdas operacionais estão armazenadas na PGPC, Módulo Risco Operacional em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

**e)** comunicação e informação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento



do risco operacional e, externamente, a transparência do processo.

### 3. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**3.1** A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado prevê:

- a)** procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- b)** avaliação contínua da efetividade das estratégias utilizadas de mitigação de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- c)** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez que evidenciem, no mínimo:
  - c.1)** valor em Risco (*Value at Risk* – VaR);
  - c.2)** limites máximos de risco de mercado;
  - c.3)** cenários de *stress* para risco de mercado;
  - d)** elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez, exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com especificações normativas em vigor;
  - e)** cálculos e projeção do capital regulamentar necessário às exposições aos riscos de mercado pelas entidades do Sicoob.

**3.2** O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting* do VaR).

**3.3** A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é o Valor em Risco (*Value at Risk* – VaR), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

**3.4** Para carteira de negociação (*trading*) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

**3.5** Os testes de aderência ao modelo de mensuração dos riscos (*backtesting* do VaR) são realizados, semestralmente, pela área gestora, para apurar o nível de consistência entre as perdas estimadas pelo VaR e os retornos efetivamente verificados.

### 4. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Liquidez

**4.1.** A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de liquidez prevê:

- a)** procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez das entidades do Sicoob;
- b)** produção de relatórios periódicos de acompanhamento dos riscos de liquidez para as entidades do Sicoob que evidenciem o enquadramento aos limites mínimos de liquidez;
- c)** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de liquidez e que evidenciem, no mínimo:
  - c.1)** limites mínimos de liquidez;
  - c.2)** cenários de *stress* para risco de liquidez.
  - d)** existência de plano de contingência de liquidez, contendo estratégias que devem ser adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e liquidez.

**4.2.** O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos possíveis impactos na liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de *stress* de liquidez e planos de contingência de liquidez.

### 5. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

**5.1** A estrutura de gerenciamento de risco de crédito, além de padronizar processos, metodologias de análise de risco de clientes

e operações, monitorar as carteiras e manter uma política única de risco de crédito, também atua na (nos):

- a)** adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b)** estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas, efetivamente, observadas;
- c)** sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- d)** fornecimento de informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- e)** modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- f)** limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito.

**5.2** O Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operação:

- a)** a metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operações com base em garantias;
- b)** há várias metodologias de avaliação de risco do cliente, aplicadas conforme o perfil do tomador;
- c)** nas metodologias de avaliação de risco do cliente, consideram-se variáveis específicas aos clientes e variáveis setoriais;
- d)** as metodologias possuem poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes), periodicamente testado;
- e)** as classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira sistêmica;
- f)** a metodologia de risco de operação contempla o contido na Resolução CMN nº 2.682/1999.

**5.3** Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente

segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

## 6. Estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental

**6.1** A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental prevê a padronização dos procedimentos operacionais internos para identificar, classificar, avaliar e tratar os riscos socioambientais, além de fornecer informações gerenciais periódicas às entidades do Sistema.

**6.2** Os processos e procedimentos para análise e monitoramento dos riscos socioambientais estão relacionados às operações de crédito:

- a)** as orientações nos normativos internos abordam os princípios subjacentes às responsabilidades socioambiental, reconhecendo o engajamento das partes interessadas aos temas centrais e, também, sobre formas de integrar o comportamento, socialmente responsável, na organização.

**6.3** A exposição ao risco socioambiental é realizada com base em metodologia que leva em consideração características do Cooperado e da operação.

## 7. Estrutura de Gerenciamento de Capital

**7.1** A estrutura centralizada de gerenciamento de capital prevê:

- a)** monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b)** avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c)** planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d)** postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;



e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

**7.2** O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, cooperativas centrais e singulares.

**7.3** O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pelas entidades.

**7.4** São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

## 8. Estrutura de Gestão de Continuidade de Negócios

**8.1** A estrutura centralizada de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) prevê:

- a) o conhecimento dos riscos de descontinuidade das entidades do Sicoob;
- b) a proposição de estratégias sistêmicas alinhadas aos riscos organizacionais;
- c) a implementação, divulgação, revisão, testes e manutenção das estratégias de continuidade, fazendo com que a gestão de continuidade de negócio faça parte da cultura organizacional;
- d) o alinhamento do processo de GCN junto às Centrais e Singulares.

**8.2** A análise de impacto nos negócios (AIN) é a metodologia adotada para auxiliar na identificação dos processos críticos e está baseada nos impactos legal, financeiro e de imagem.

**8.3** Para cada impacto (legal, financeiro e imagem) é atribuída uma nota conforme a criticidade.

**8.4** Na metodologia da AIN é identificado o tempo limite para retorno à normalidade (Recovery Time Objective - RTO). Quanto

menor o tempo para retorno à normalidade, maior a importância do processo para o negócio.

**8.5** Os riscos de descontinuidade com resultado da AIN alto ou médio são classificados como processos críticos.

**8.6** Para os processos críticos são definidas as estratégias de continuidade, com a intenção de resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

**8.7** Durante a implementação das estratégias de continuidade dos processos críticos, são elaborados os Planos de Continuidade de Negócios classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Planos de Recuperação de Desastres (PRD) voltados para continuidade das suas atividades operacionais críticas.

**8.8** O Sicoob Confederação é responsável pela elaboração dos Planos de Recuperação de Desastre (PRD), voltados para recuperação dos ativos de TI (Sisbr) referentes aos processos críticos sistêmicos, em um momento de contingência. As cooperativas são responsáveis pela elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios voltados para os recursos de TI in-loco e negócio.

**8.9** Os Planos de Continuidade de Negócios são testados anualmente para certificação quanto a sua efetividade.



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA. - SICOOB CREDIVAR na forma da Legislação em vigor.

## 1) Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDIVAR completou 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

## 2) Avaliação de resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDIVAR obteve um resultado de R\$14.349.311,75 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 10,32%.

## 3) Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$457.663.364,13. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$589.226.065,34.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

<b>Carteira Rural</b>	<b>139.756.956,22</b>	<b>23,72%</b>
<b>Carteira Comercial</b>	<b>449.469.109,12</b>	<b>76,28%</b>

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 19,30% da carteira, no montante de R\$ 113.710.294,32.

## 4) Captação

As captações, no total de R\$707.427.982,37 apresentaram uma evolução de 65,97% em relação a dezembro de 2019.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

<b>Depósitos à Vista</b>	<b>319.778.378,67</b>	<b>45,21%</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>334.752.616,94</b>	<b>47,31%</b>
<b>LCA</b>	<b>49.366.640,76</b>	<b>6,98%</b>
<b>LCI</b>	<b>3.530.346,00</b>	<b>0,50%</b>

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 15,90% da captação, no montante de R\$ 118.377.993,84.

## 5) Patrimônio de referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIVAR era de R\$ 124.217.917,83. O quadro de associados era composto por 35.837 cooperados, havendo um acréscimo de 11,57% em relação a dezembro de 2019.

## 6) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIVAR adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,32% nos níveis de "AA" a "C".

## 7) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.



Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 8) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## 9) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIVAR aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 10) Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet

integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDIVAR registrou 61 (sessenta e uma) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 61 (sessenta e uma) reclamações, 18 (dezoito) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## 11) Fundo Garantidor da Coop. de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.



As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Varginha-MG, 18 de fevereiro de 2021.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Pedro Garcia Reis  
**Presidente do Conselho de Administração**

Ruy Reis Villela  
**Vice-Presidente do Conselho de Administração**

#### Conselheiros

Artur Queiroz de Sousa  
Christina de Siqueira Ribeiro Pinto  
Fernando Graciano Pereira  
Leandro Reguim  
Luis Carlos Martins Porto

### DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo Campos Borges  
**Diretor Administrativo**

Renato Rezende Paiva  
**Diretor de Negócios**

Arthur Coelho Porchat de Assis  
**Diretor Gestão de Riscos**



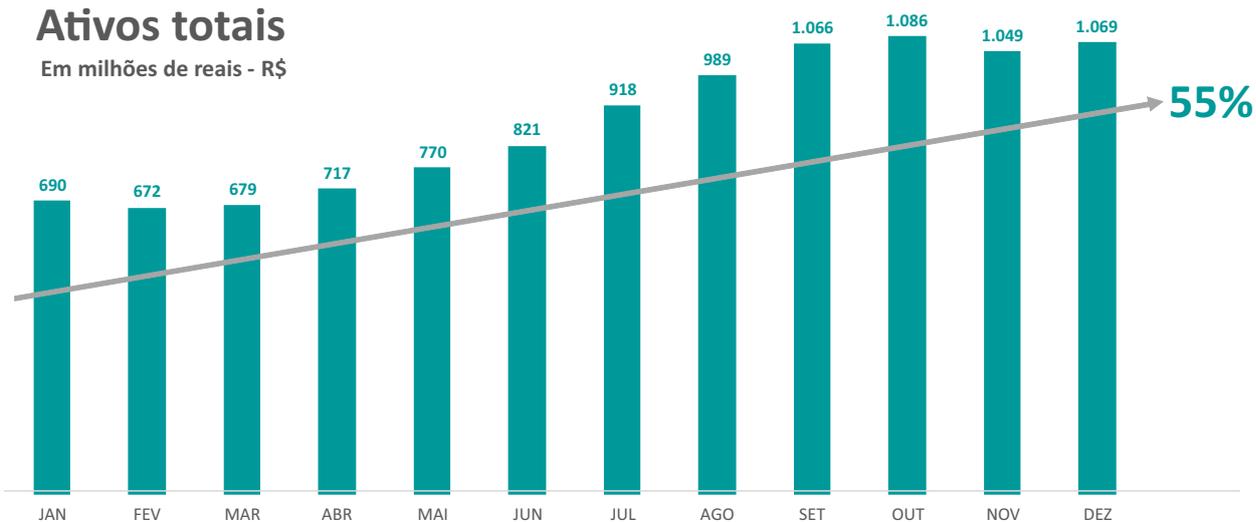


# GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS



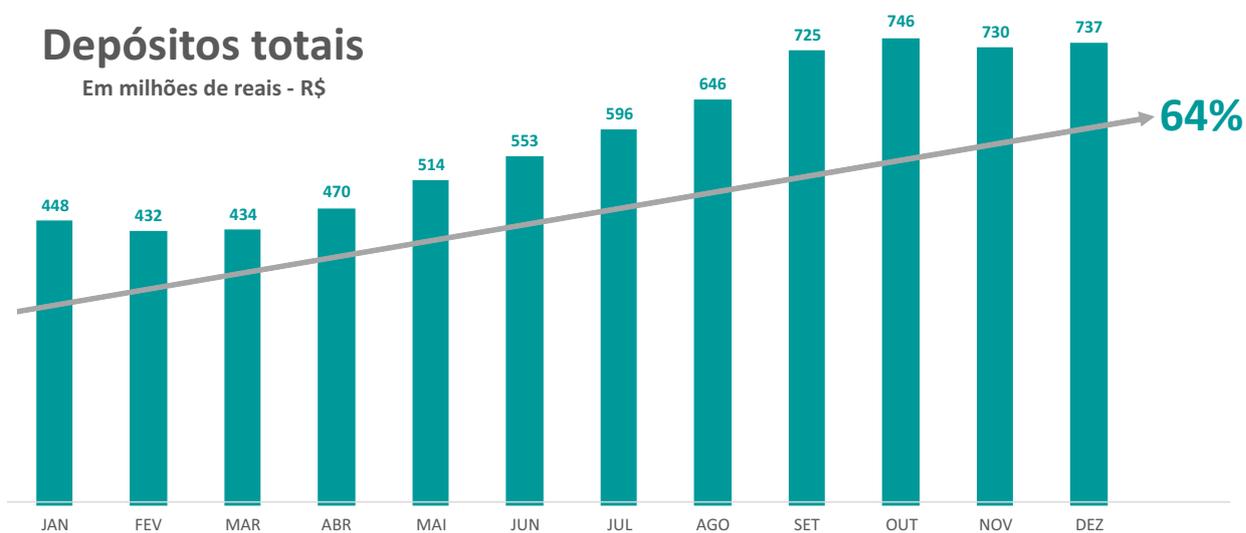
## Ativos totais

Em milhões de reais - R\$



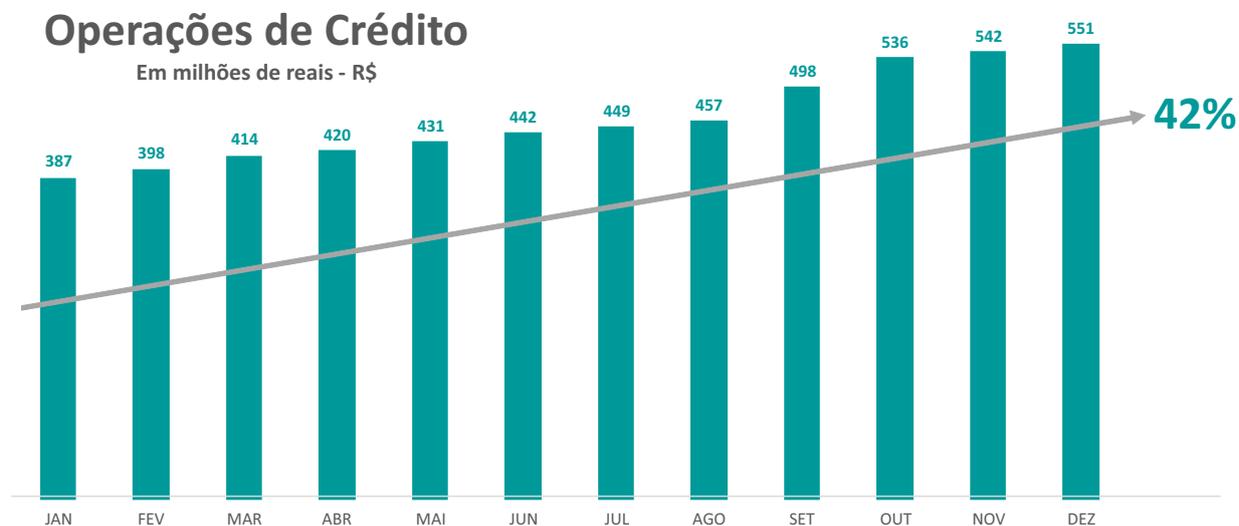
## Depósitos totais

Em milhões de reais - R\$



## Operações de Crédito

Em milhões de reais - R\$





## Crédito Rural

Em milhões de reais - R\$



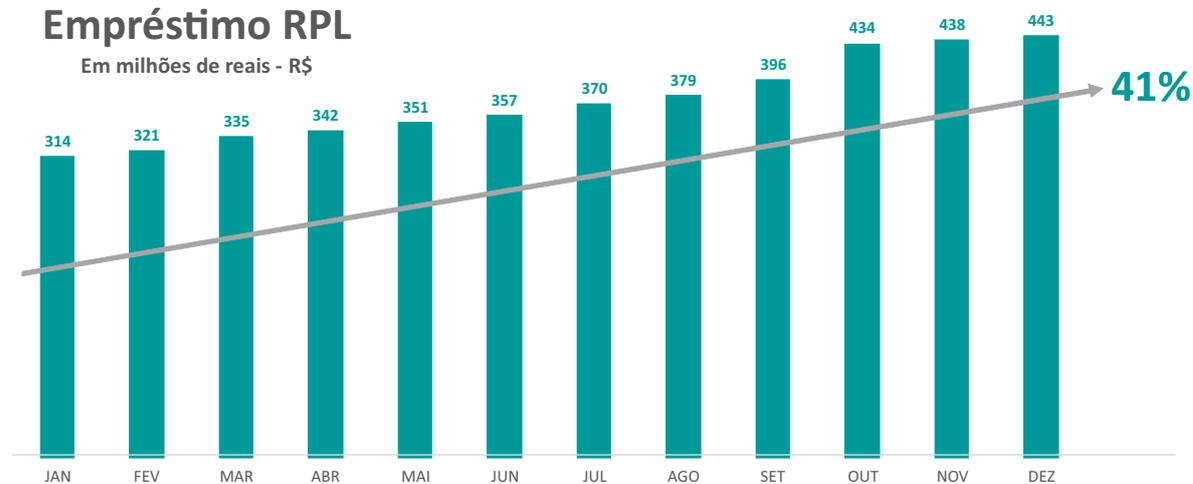
## Repasse - Funcafé e R.O.

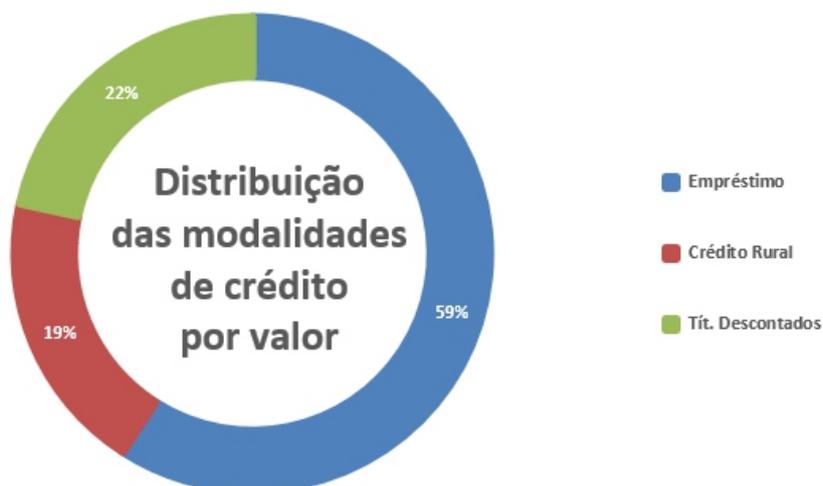
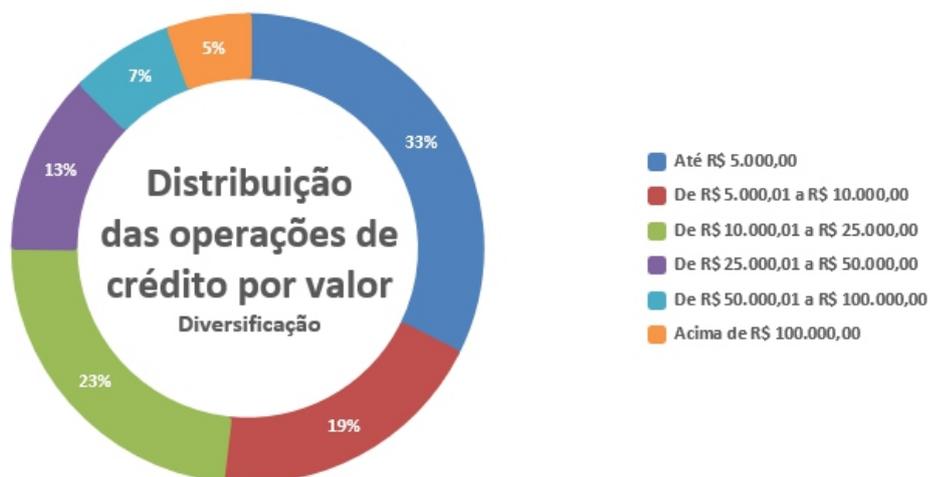
Em milhões de reais - R\$



## Empréstimo RPL

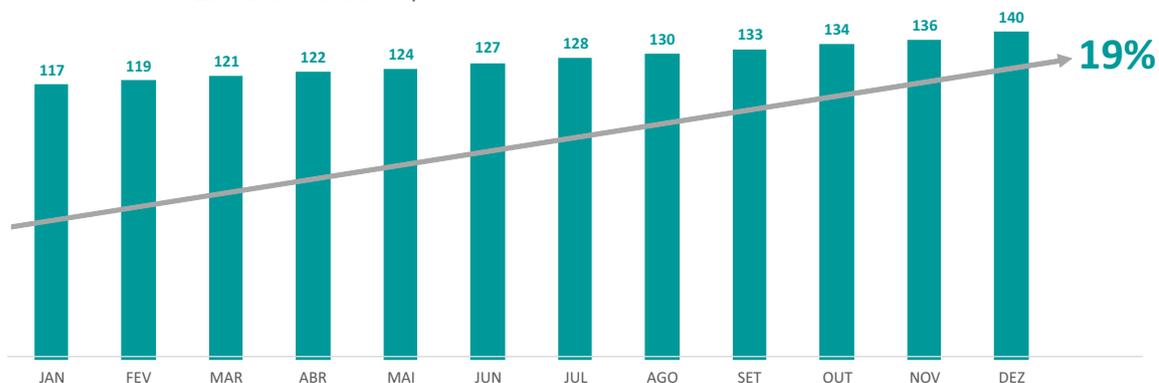
Em milhões de reais - R\$





## Patrimônio Líquido Ajustado

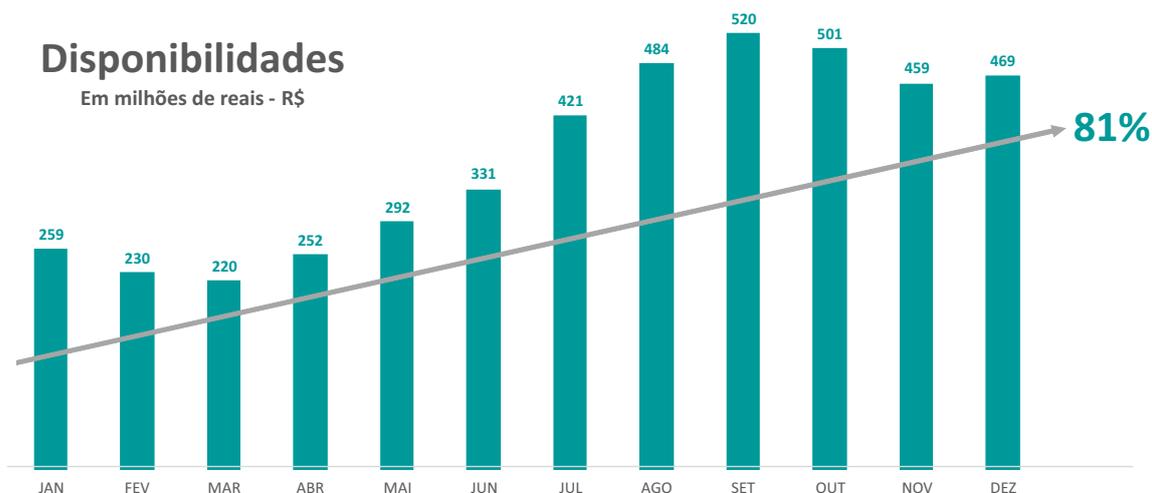
Em milhões de reais - R\$





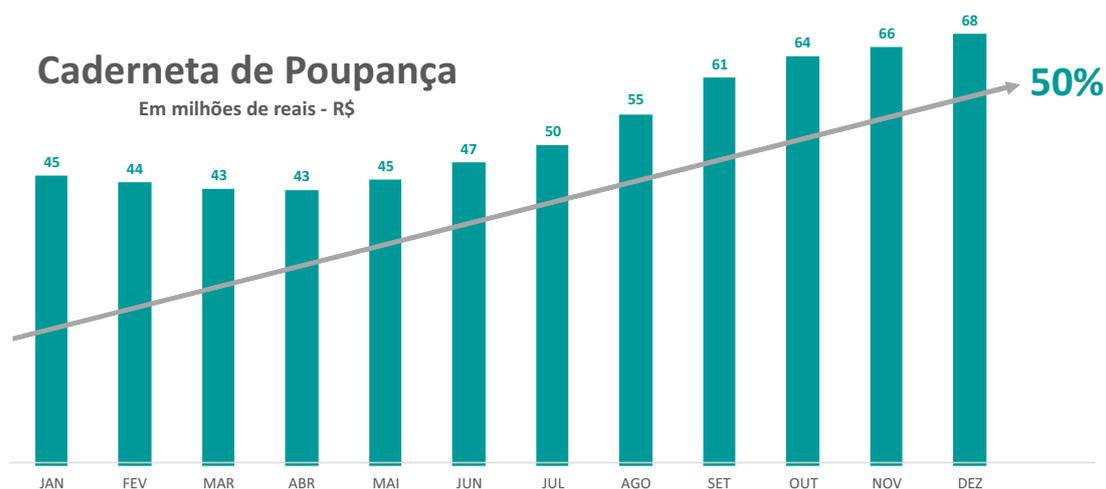
## Disponibilidades

Em milhões de reais - R\$



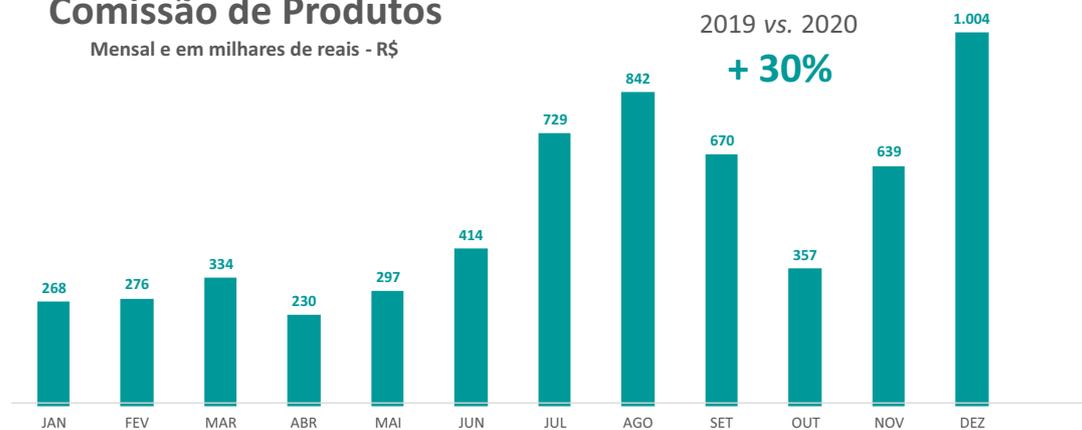
## Caderneta de Poupança

Em milhões de reais - R\$



## Comissão de Produtos

Mensal e em milhares de reais - R\$



2019 vs. 2020

+ 30%

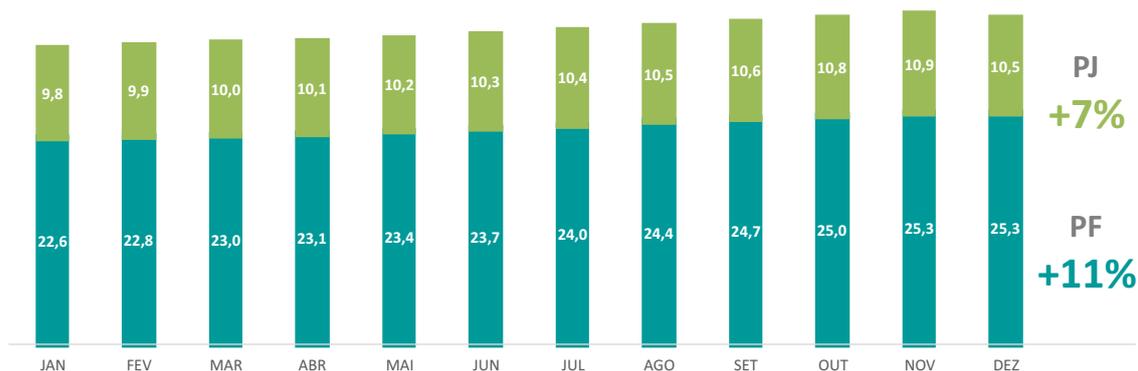
## Associados

Em milhares



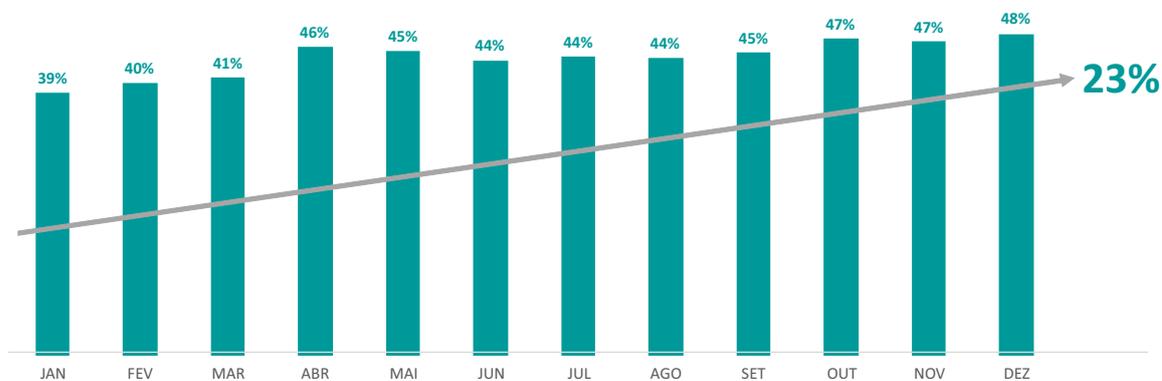
## Associados

Em milhares



## Meios Eletrônicos

Transações Financeiras - APP e Sicoobnet





# COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA. - SICOOB CREDIVAR

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019.

Em Reais

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		1.094.119.133,35	682.398.963,75
<b>Circulante</b>		790.353.524,95	522.686.311,30
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	4	480.078.782,41	256.524.651,95
Disponibilidades		22.415.418,28	10.632.288,66
Centralização Financeira - Cooperativas		457.663.364,13	245.892.363,29
<b>Instrumentos Financeiros</b>	5	21.000,00	21.000,00
Títulos e Valores Mobiliários		21.000,00	21.000,00
<b>Operações de Crédito</b>	6	306.709.784,81	261.341.069,74
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		193.326.758,56	179.548.822,21
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(9.958.580,79)	(8.028.505,14)
Financiamentos		22.785.708,89	18.541.407,98
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(544.200,27)	(523.535,71)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		102.156.507,58	72.568.325,96
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(1.056.409,16)	(765.445,56)
<b>Outros Créditos</b>	7	2.789.662,65	2.361.555,76
Créditos por Avais e Fianças Honradas		598.727,78	531.298,06
Rendas a Receber		1.539.654,49	1.568.994,05
Diversos		1.141.755,18	576.728,39
Devedores por Depósitos em Garantia		-	54.018,67
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		86,81	86,81
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(490.561,61)	(369.570,22)
<b>Outros Valores e Bens</b>	8	<b>754.295,08</b>	<b>2.438.033,85</b>
Outros Valores e Bens		530.845,05	2.226.756,06
Despesas Antecipadas		223.450,03	211.277,79
<b>Não Circulante</b>		<b>303.765.608,40</b>	<b>159.712.652,45</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>263.179.566,01</b>	<b>124.650.412,83</b>
<b>Operações de Crédito</b>	6	<b>256.313.802,82</b>	<b>120.002.334,16</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		203.479.131,86	87.739.894,02
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(13.482.694,19)	(7.851.991,74)
Financiamentos		29.877.509,81	25.572.980,16
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(743.648,37)	(537.627,18)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		37.600.448,64	15.308.156,96
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(416.944,93)	(229.078,06)
<b>Outros Créditos</b>	7	<b>6.865.763,19</b>	<b>4.648.078,67</b>
Diversos		1.978.967,11	-
Devedores por Depósitos em Garantia		4.919.666,77	4.648.078,67
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(32.870,69)	-
<b>Permanente</b>		<b>40.586.042,39</b>	<b>35.062.239,62</b>
<b>Investimentos</b>	9	<b>26.708.467,50</b>	<b>25.841.324,55</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		26.520.531,54	25.653.388,59
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		187.935,96	187.935,96
<b>Imobilizado de Uso</b>	10	<b>13.877.574,89</b>	<b>9.220.915,07</b>
Imobilizado de Uso		20.540.680,40	14.466.250,53
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(6.663.105,51)	(5.245.335,46)
<b>Intangível</b>		-	-
Ativos Intangíveis		-	15.784,50
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		-	(15.784,50)
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.094.119.133,35</b>	<b>682.398.963,75</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>PASSIVO</b>		<b>954.990.365,90</b>	<b>567.553.349,23</b>
<b>Circulante</b>		<b>884.452.699,93</b>	<b>546.849.424,26</b>
<b>Depósitos</b>	<b>11</b>	<b>654.530.995,61</b>	<b>392.781.529,68</b>
Depósitos à Vista		319.778.378,67	165.203.662,64
Depósitos à Prazo		334.752.616,94	227.577.867,04
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>	<b>12</b>	<b>52.886.950,28</b>	<b>33.463.439,98</b>
Obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		49.356.604,28	33.463.439,98
Obrigações por emissão de Letras de Crédito Imobiliário		3.530.346,00	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>13</b>	<b>28.424.537,19</b>	<b>15.220.564,17</b>
Repasse Interfinanceiros		28.424.537,19	15.220.564,17
<b>Relações Interdependências</b>	<b>14</b>	<b>38.218.440,83</b>	<b>17.905.858,95</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		38.218.440,83	17.905.858,95
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>13</b>	<b>91.019.029,15</b>	<b>71.690.548,58</b>
Empréstimos no país - Outras Instituições		1.428.908,78	-
Obrigações por Repasses		89.590.120,37	71.690.548,58
<b>Outras Obrigações</b>	<b>15</b>	<b>19.372.746,87</b>	<b>15.787.482,90</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		128.070,15	859.893,63
Sociais e Estatutárias		9.521.535,78	8.491.789,33
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		2.198.001,92	1.413.978,68
Diversas		7.322.534,26	5.021.821,26
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		202.604,76	-
<b>Não Circulante</b>		<b>70.537.665,97</b>	<b>20.661.420,83</b>
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>	<b>12</b>	<b>10.036,48</b>	<b>120.000,00</b>
Obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		10.036,48	120.000,00
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>13</b>	<b>31.079.997,94</b>	<b>10.142.186,02</b>
Repasse Interfinanceiros		31.079.997,94	10.142.186,02
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>13</b>	<b>34.231.687,12</b>	<b>5.573.535,69</b>
Empréstimos No País - Outras Instituições		28.563.989,80	-
Obrigações Por Repasses		5.667.697,32	5.573.535,69
<b>Outras Obrigações</b>	<b>15</b>	<b>5.215.944,43</b>	<b>4.825.699,12</b>
Diversas		472.157,45	175.318,23
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		4.743.786,98	4.650.380,89
<b>Receita de Exercício Futuros</b>	<b>16</b>	<b>72.131,44</b>	<b>42.504,14</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>139.056.636,01</b>	<b>114.845.614,52</b>
<b>Capital Social</b>	<b>18.a</b>	<b>48.085.629,32</b>	<b>49.282.020,37</b>
De Domiciliados No País		48.086.029,32	49.282.620,37
(-) Capital A Realizar		(400,00)	(600,00)
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>77.598.684,30</b>	<b>54.410.316,54</b>
<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>		<b>13.372.322,39</b>	<b>11.153.277,61</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.094.119.133,35</b>	<b>682.398.963,75</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019.

Em Reais

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Ingresso/Receita da Intermediação Financeira</b>		<b>44.972.448,29</b>	<b>87.000.557,30</b>	<b>42.225.303,25</b>	<b>76.631.042,71</b>
Operações de Crédito	6.h	40.342.228,38	77.964.300,13	35.598.678,52	64.485.803,41
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financ.		-	-	-	249,06
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.630.219,91	9.036.257,17	6.626.624,73	12.144.990,24
<b>Dispêndio da Intermediação Financeira</b>	<b>21</b>	<b>(16.242.750,79)</b>	<b>(31.402.585,69)</b>	<b>(15.774.199,72)</b>	<b>(29.514.345,17)</b>
Operações de Captação no Mercado	11.b	(4.083.329,44)	(9.252.397,86)	(6.601.775,37)	(13.180.971,53)
Operações de Empréstimos e Repasses	13.a	(4.309.672,82)	(7.747.837,66)	(3.270.998,30)	(5.370.103,80)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(7.849.748,53)	(14.402.350,17)	(5.901.426,05)	(10.963.269,84)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>28.729.697,50</b>	<b>55.597.971,61</b>	<b>26.451.103,53</b>	<b>47.116.697,54</b>
<b>Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais</b>		<b>(10.626.230,04)</b>	<b>(23.149.896,62)</b>	<b>(10.142.022,27)</b>	<b>(20.297.250,91)</b>
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	22	8.266.019,91	14.739.147,41	6.110.849,29	10.813.259,44
Rendas (Ingressos) de Tarifas	23	1.675.161,72	3.218.169,44	1.614.026,44	3.095.329,73
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	24	(11.516.391,08)	(22.739.463,70)	(10.403.345,63)	(20.346.028,35)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	25	(11.578.883,11)	(23.185.521,28)	(11.060.547,69)	(21.035.177,53)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(638.029,08)	(1.116.072,94)	(475.475,11)	(841.396,14)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	26	4.585.602,98	8.867.581,98	5.092.658,18	10.093.572,78
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	27	(949.466,98)	(2.060.189,17)	(901.958,85)	(1.724.927,32)
Despesas (Dispêndios) de Provisão p/ Passivos Contingentes		(184.074,15)	(325.176,68)	(210.644,45)	(338.352,99)
Despesas (Dispêndios) de Provisão p/ Garantias Prestadas		(286.170,25)	(548.371,68)	92.415,55	(13.530,53)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>18.103.467,46</b>	<b>32.448.074,99</b>	<b>16.309.081,26</b>	<b>26.819.446,63</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>28</b>	<b>260.398,10</b>	<b>223.700,80</b>	<b>(100.293,65)</b>	<b>(113.814,57)</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens		486.307,03	494.956,86	52.154,17	52.154,17
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(184.325,03)	(192.378,17)	(5.693,30)	(5.756,01)
Outras Receitas		84.142,66	122.448,65	69.750,05	113.552,87
Outras Despesas		(50.292,86)	(125.892,84)	(216.504,57)	(273.765,60)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(75.433,70)	(75.433,70)	-	-
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>18.363.865,56</b>	<b>32.671.775,79</b>	<b>16.208.787,61</b>	<b>26.705.632,06</b>
Imposto de Rendas		(1.105.542,76)	(1.747.333,74)	(668.328,31)	(1.127.608,29)
Contribuição Social		(622.281,43)	(1.020.277,22)	(416.802,06)	(703.086,29)
Participações nos Resultados de Empregados		(1.169.108,55)	(2.056.600,72)	(1.218.618,57)	(1.870.390,36)
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>15.466.932,82</b>	<b>27.847.564,11</b>	<b>13.905.038,67</b>	<b>23.004.547,12</b>
<b>Destinações Legais e Estatutárias</b>	<b>18.d</b>	<b>-</b>	<b>(13.498.252,36)</b>	<b>-</b>	<b>(11.153.277,61)</b>
FATES		-	(1.463.162,21)	-	(1.115.327,76)
Reserva Legal		-	(12.035.090,15)	-	(10.037.949,85)
<b>Resultado Antes dos Juros ao Capital</b>		<b>15.466.932,82</b>	<b>14.349.311,75</b>	<b>13.905.038,67</b>	<b>11.851.269,51</b>
Juros ao Capital	20	(353.379,10)	(976.989,36)	-	(697.991,90)
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>15.113.553,72</b>	<b>13.372.322,39</b>	<b>13.905.038,67</b>	<b>11.153.277,61</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019.

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2020	31/12/2019
<b>Atividades Operacionais</b>					
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>15.466.932,82</b>	<b>27.847.564,11</b>	<b>13.905.038,67</b>	<b>23.004.547,12</b>
Juros ao Capital Recebido		(709.225,47)	(709.225,47)	(863.535,10)	(863.535,10)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(425.867,45)	-	(2.225.212,87)
Participações nos Resultados de Empregados		1.169.108,55	2.056.600,72	1.218.618,57	1.870.390,36
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		7.849.748,53	14.402.350,17	5.901.426,05	10.963.269,84
Provisão de Juros ao Capital		(353.379,10)	(976.989,36)	-	(697.991,90)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		286.170,25	548.371,68	(92.415,55)	13.530,53
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens		(75.433,70)	(75.433,70)	-	-
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		184.074,15	325.176,68	210.644,45	338.352,99
Atualização de depósitos em garantia		(20.383,06)	(85.469,28)	(47.479,99)	(47.479,99)
(Ganho)/Perdas por baixas de imobilizado		20.842,13	29.750,77	39.531,71	54.630,89
Depreciações e Amortizações		872.587,35	1.679.918,95	748.115,76	1.404.374,40
<b>Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações</b>		<b>24.691.042,45</b>	<b>44.616.747,82</b>	<b>21.019.944,57</b>	<b>33.814.876,27</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>					
Operações de Crédito		(129.767.705,89)	(196.082.533,90)	(71.005.923,66)	(124.468.771,38)
Outros Créditos		(2.610.728,61)	(2.560.322,13)	3.735.276,83	3.476.655,23
Outros Valores e Bens		1.841.590,46	1.759.172,47	(170.090,11)	(1.343.569,94)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>					
Depósitos à Vista		97.704.012,49	154.574.716,03	38.046.567,09	50.961.513,56
Depósitos à Prazo		42.270.314,94	107.174.749,90	2.683.684,48	30.773.566,35
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		3.761.975,83	15.783.200,78	11.780.188,03	32.320.015,34
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		3.530.346,00	3.530.346,00	-	-
Resultado de Exercícios Futuros		(77.790,03)	29.627,30	27.652,93	(35.246,27)
Relações Interdependências		37.689.857,36	20.312.581,88	17.436.728,74	10.615.983,74
Relações Interfinanceiras		20.122.687,48	34.141.784,94	(756.263,14)	8.500.207,04
Obrigações por Empréstimos e Repasses		49.282.892,92	47.986.632,00	37.457.585,24	30.098.216,96
Outras Obrigações		4.855.936,99	4.522.196,63	(66.448,99)	2.799.688,32
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(125.929,97)	(125.929,97)	-	-
FATES Sobras Exercício		(1.337.232,24)	(1.337.232,24)	(1.115.327,76)	(1.115.327,76)
Imposto de Renda		(1.105.542,76)	(1.747.333,74)	(668.328,31)	(1.127.608,29)
Contribuição Social		(622.281,43)	(1.020.277,22)	(416.802,06)	(703.086,29)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>150.103.445,99</b>	<b>231.558.126,55</b>	<b>57.988.443,88</b>	<b>74.567.112,88</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>					
Recebimento Dividendos		-	23.840,38	-	48.565,80
Distribuição Sobras da Central		-	402.027,07	-	2.176.647,07
Recebimento de Juros ao Capital		709.225,47	709.225,47	863.535,10	863.535,10
Alienação de Imobilizações de Uso		1.600,14	9.303,45	96.934,58	97.047,29
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.049.271,66)	(6.375.632,99)	(1.333.929,37)	(3.114.600,75)
Aquisição de investimentos		(1.418.450,94)	(1.576.368,42)	(1.727.070,20)	(3.105.755,55)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>		<b>(3.756.896,99)</b>	<b>(6.807.605,04)</b>	<b>(2.100.529,89)</b>	<b>(3.034.561,04)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>					
Aumento por Novos Aportes de Capital		615.766,31	1.108.958,24	530.772,61	1.143.999,02
Devolução de Capital à Cooperados		(2.430.871,55)	(3.259.144,24)	(1.581.679,10)	(5.557.070,87)
Estorno/Cancelamento de Capital		(180,00)	(180,00)	-	(200,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	-	-	(36.973,65)
Juros ao Capital pago		954.331,72	954.331,72	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital		(356,77)	(356,77)	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>		<b>(861.310,29)</b>	<b>(1.196.391,05)</b>	<b>(1.050.906,49)</b>	<b>(4.450.245,50)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>145.485.238,71</b>	<b>223.554.130,46</b>	<b>54.837.007,50</b>	<b>67.082.306,34</b>
<b>Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		334.593.543,70	256.524.651,95	201.687.644,45	189.442.345,61
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		480.078.782,41	480.078.782,41	256.524.651,95	256.524.651,95
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>145.485.238,71</b>	<b>223.554.130,46</b>	<b>54.837.007,50</b>	<b>67.082.306,34</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019.

DRA	Notas	Em Reais			
		2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		15.466.932,82	27.847.564,11	13.905.038,67	23.004.547,12
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>15.466.932,82</b>	<b>27.847.564,11</b>	<b>13.905.038,67</b>	<b>23.004.547,12</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019.

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Em Reais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar			Totais
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		<b>45.803.635,03</b>	<b>(1.550,00)</b>	<b>42.389.821,49</b>	<b>9.912.726,04</b>	<b>98.104.632,56</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>		-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	1.982.545,20	(1.982.545,20)	-
Ao Capital		7.893.207,19	-	-	(7.893.207,19)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(36.973,65)	<b>(36.973,65)</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		1.143.049,02	950,00	-	-	<b>1.143.999,02</b>
Por Devolução (-)		(5.557.070,87)	-	-	-	<b>(5.557.070,87)</b>
Estorno de Capital		(200,00)	-	-	-	<b>(200,00)</b>
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	23.004.547,12	<b>23.004.547,12</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(697.991,90)	<b>(697.991,90)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	10.037.949,85	(10.037.949,85)	-
F A T E S		-	-	-	(1.115.327,76)	<b>(1.115.327,76)</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b>49.282.620,37</b>	<b>(600,00)</b>	<b>54.410.316,54</b>	<b>11.153.277,61</b>	<b>114.845.614,52</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>		-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	11.153.277,61	(11.153.277,61)	-
<b>Movimentação de Capital:</b>		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		1.108.758,24	200,00	-	-	<b>1.108.958,24</b>
Por Devolução (-)		(3.259.144,24)	-	-	-	<b>(3.259.144,24)</b>
Estorno de Capital		(180,00)	-	-	-	<b>(180,00)</b>
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	27.847.564,11	<b>27.847.564,11</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(976.989,36)	<b>(976.989,36)</b>
Juros ao Capital		954.331,72	-	-	-	<b>954.331,72</b>
IRRF sobre Juros ao Capital		(356,77)	-	-	-	<b>(356,77)</b>
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>		-	-	-	<b>(125.929,97)</b>	<b>(125.929,97)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	12.035.090,15	(12.035.090,15)	-
F A T E S		-	-	-	(1.337.232,24)	<b>(1.337.232,24)</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		<b>48.086.029,32</b>	<b>(400,00)</b>	<b>77.598.684,30</b>	<b>13.372.322,39</b>	<b>139.056.636,01</b>
<b>Saldo em 30/06/2019</b>		<b>50.334.376,86</b>	<b>(1.450,00)</b>	<b>44.372.366,69</b>	<b>8.401.516,55</b>	<b>103.106.810,10</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		529.922,61	850,00	-	-	<b>530.772,61</b>
Por Devolução (-)		(1.581.679,10)	-	-	-	<b>(1.581.679,10)</b>
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	13.905.038,67	<b>13.905.038,67</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	10.037.949,85	(10.037.949,85)	-
F A T E S		-	-	-	(1.115.327,76)	<b>(1.115.327,76)</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>		<b>49.282.620,37</b>	<b>(600,00)</b>	<b>54.410.316,54</b>	<b>11.153.277,61</b>	<b>114.845.614,52</b>
<b>Saldo em 30/06/2020</b>		<b>48.948.939,61</b>	<b>(2.000,00)</b>	<b>54.410.316,54</b>	<b>22.910.298,64</b>	<b>126.267.554,79</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>		-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	11.153.277,61	(11.153.277,61)	-
<b>Movimentação de Capital:</b>		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		614.166,31	1.600,00	-	-	<b>615.766,31</b>
Por Devolução (-)		(2.430.871,55)	-	-	-	<b>(2.430.871,55)</b>
Estorno de Capital		(180,00)	-	-	-	<b>(180,00)</b>
<b>Sobras ou Perdas Brutas</b>		-	-	-	15.466.932,82	<b>15.466.932,82</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(353.379,10)	<b>(353.379,10)</b>
Juros ao Capital		954.331,72	-	-	-	<b>954.331,72</b>
IRRF sobre Juros ao Capital		(356,77)	-	-	-	<b>(356,77)</b>
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>		-	-	-	<b>(125.929,97)</b>	<b>(125.929,97)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	12.035.090,15	(12.035.090,15)	-
F A T E S		-	-	-	(1.337.232,24)	<b>(1.337.232,24)</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		<b>48.086.029,32</b>	<b>(400,00)</b>	<b>77.598.684,30</b>	<b>13.372.322,39</b>	<b>139.056.636,01</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019. (Valores expressos em reais, exceto quando especificado).

## 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA. - SICOOB CREDIVAR é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 03/10/1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIVAR está sediado em Varginha/MG, à Rua Silvio Cougo, nº 680 e possui 23 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Baependi, Cambuquira, Carmo da Cachoeira, Carvalhópolis, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Santo Antônio do Amparo, Elói Mendes, Jesuânia, Lambari, Lavras, Machado, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Poço Fundo, São Bento Abade, São João da Mata, São Lourenço, Três Corações bairro Perú e Centro e Varginha bairro Vila Paiva, Centro e bairro Sion.

O SICOOB CREDIVAR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## 2.1 - MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

### a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

A Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, entra em vigor em 1º de janeiro de 2022 e estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## 2.2 - CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS E EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID - 19 NOVO CORONAVÍRUS

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

O SICOOB CREDIVAR, em conjunto com seus associados e colaboradores, vem seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde para evitar a propagação do Novo Coronavírus, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Desenvolvemos diversas ações com o objetivo de diminuir os riscos causados pela pandemia:

- ✓ Criação do comitê de gerenciamento de crise;
- ✓ Orientações gerais acerca do Covid-19 através de artes preventivas;
- ✓ Distribuição de kits a todos os funcionários e terceirizados contendo álcool, máscaras e informativo, mediante protocolo;
- ✓ Implantação de dispensador de álcool em gel pelas instalações;
- ✓ Contratação de um funcionário terceirizado para aplicar álcool em gel em todos os clientes que entram na agência, além de intensificar a limpeza como porta giratória, banheiros, assentos, caixas, atendimentos e ATMS;
- ✓ Contratação de empresa para sanitização de ambientes;
- ✓ Horário especial de atendimento externo;
- ✓ Instalação de divisórias acrílicas nos caixas e em alguns setores administrativos;
- ✓ Suspensão do uso de ar-condicionado, priorizando ventilação natural;



- ✓ Compra de termômetros para aferição de temperatura dos colaboradores e clientes;
- ✓ Demarcação de espaçamento em locais de filas para os cooperados e no ponto eletrônico para os funcionários;
- ✓ Utilização de crachás para bater o ponto no lugar da biometria;
- ✓ Recebimento de visita da secretaria municipal da saúde e serviço de vigilância sanitária, sendo gerado um relatório de fiscalização e ratificação sobre as medidas adotadas;
- ✓ Foram tomadas medidas de isolamento nos setores, através de home office, com 34% do quadro funcional, com a finalidade de diminuir o fluxo de pessoas dentro da empresa;
- ✓ Rodízio nos setores;
- ✓ Redução da carga horária de trabalho nos caixas e atendimentos;
- ✓ Suspensão de cursos e treinamentos presenciais e direcionamento para cursos online;
- ✓ Antecipação da campanha de vacinação contra o vírus H1N1 para todos os funcionários;
- ✓ Ação para compensação do “Banco de Horas”;
- ✓ Antecipação de férias de empregados;
- ✓ Apoiar e monitorar os testados positivos;
- ✓ Realização de exame de contágio do COVID-19 para os casos de pessoas que tiveram contato em distância inferior a 2 metros do infectado, conforme metodologia de diagnóstico adotada pela empresa contratada.

### 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### c) Caixa e equivalente de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

## d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

## e) Títulos e valores imobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

## f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

## g) Provisões para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

## h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

## i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

## j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

## k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.



## **l) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

## **m) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

## **n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

## **o) Demais ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

## **p) Demais passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

## **q) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## **r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

## **s) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

## **t) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

## u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

## v) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

## w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

## 4 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades - Caixa e depósitos bancários	22.415.418,28	10.632.288,66
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	457.663.364,13	245.892.363,29
<b>Total</b>	<b>480.078.782,41</b>	<b>256.524.651,95</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$9.036.257,17e R\$12.144.990,24.



## 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em Instrumentos Financeiros estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b> -Títulos de Renda Fixa (a)	21.000,00	21.000,00
<b>Total</b>	<b>21.000,00</b>	<b>21.000,00</b>

a) Referem-se aquisições de títulos de capitalização junto ao Banco do Brasil.

## 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	198.943,29	-	198.943,29	364.903,57
Cheque Especial / Conta Garantida	19.109.282,00	-	19.109.282,00	29.977.528,72
Empréstimos	153.566.344,22	203.479.131,86	357.045.476,08	212.792.378,17
Financiamentos	22.785.708,89	29.877.509,81	52.663.218,70	44.114.388,14
Títulos Descontados	20.452.189,05	-	20.452.189,05	24.153.905,77
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	102.156.507,58	37.600.448,64	139.756.956,22	87.876.482,92
( - ) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(11.559.190,22)	(14.643.287,49)	(26.202.477,71)	(17.936.183,39)
<b>Total</b>	<b>306.709.784,81</b>	<b>256.313.802,82</b>	<b>563.023.587,63</b>	<b>381.343.403,90</b>

- b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em	Provisões	Total em	Provisões
			31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
AA	-	Normal	33.141.202,31	-	13.423.599,22	-
A	0,50%	Normal	227.985.313,54	(1.139.926,73)	143.455.983,67	(717.280,09)
B	1%	Normal	134.947.995,24	(1.349.480,14)	140.806.762,88	(1.408.067,96)
B	1%	Vencidas	126.966,96	(1.269,67)	628.567,00	(6.285,67)
C	3%	Normal	141.258.035,88	(4.237.741,68)	68.405.408,88	(2.052.162,76)
C	3%	Vencidas	601.627,68	(18.048,83)	827.019,63	(24.810,59)
D	10%	Normal	23.949.672,74	(2.394.967,61)	12.463.488,12	(1.246.349,11)
D	10%	Vencidas	1.355.632,40	(135.563,26)	1.327.800,22	(132.780,05)
E	30%	Normal	9.157.731,55	(2.747.319,86)	4.759.461,21	(1.427.838,70)
E	30%	Vencidas	867.164,77	(260.149,47)	1.924.813,99	(577.444,33)
F	50%	Normal	2.470.277,32	(1.235.138,84)	692.939,18	(346.469,67)
F	50%	Vencidas	745.183,46	(372.591,78)	825.579,78	(412.789,99)
G	70%	Normal	531.466,09	(372.026,32)	150.937,08	(105.655,98)
G	70%	Vencidas	498.473,09	(348.931,21)	363.260,07	(254.282,11)
H	100%	Normal	8.076.809,79	(8.076.809,79)	5.245.166,78	(5.245.166,78)
H	100%	Vencidas	3.512.512,52	(3.512.512,52)	3.978.799,58	(3.978.799,58)
Total Normal			581.518.504,46	(21.553.410,96)	389.403.747,02	(12.548.991,06)
Total Vencido			7.707.560,88	(4.649.066,75)	9.875.840,27	(5.387.192,33)
<b>Total Geral</b>			<b>589.226.065,34</b>	<b>(26.202.477,71)</b>	<b>399.279.587,29</b>	<b>(17.936.183,39)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(26.202.477,71)</b>	-	<b>(17.936.183,39)</b>	-
<b>Total Líquido</b>			<b>563.023.587,63</b>	-	<b>381.343.403,90</b>	-

- c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 365	Acima de 365	Total
Empréstimos	-	33.860.843,21	119.705.501,01	203.479.131,86	<b>357.045.476,08</b>
Títulos Descontados	-	15.479.241,29	4.972.947,76	-	<b>20.452.189,05</b>
Financiamentos	-	4.358.780,57	18.426.928,32	29.877.509,81	<b>52.663.218,70</b>
Financiamentos Rurais	-	10.403.089,69	91.753.417,89	37.600.448,64	<b>139.756.956,22</b>
Adiantamento a Depositantes	198.943,29	-	-	-	<b>198.943,29</b>
Cheque Especial/Conta Garantida	19.109.282,00	-	-	-	<b>19.109.282,00</b>
<b>Total</b>	<b>19.308.225,29</b>	<b>64.101.954,76</b>	<b>234.858.794,98</b>	<b>270.957.090,31</b>	<b>589.226.065,34</b>



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/20	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	125.196.724,38	10.795.342,64	24.538.613,00	160.530.680,02	27%
Setor Privado - Indústria	44.675.991,57	3.766.035,94	-	48.442.027,51	8%
Setor Privado - Serviços	105.752.864,34	13.762.404,69	973.034,23	120.488.303,26	20%
Pessoa Física	120.923.399,50	24.214.225,26	111.153.639,34	256.291.264,10	43%
Outros	256.910,63	125.210,17	3.091.669,65	3.473.790,45	1%
<b>TOTAL</b>	<b>396.805.890,42</b>	<b>52.663.218,70</b>	<b>139.756.956,22</b>	<b>589.226.065,34</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo Inicial</b>	<b>17.936.183,39</b>	<b>11.250.842,65</b>
Constituições/Reversões no período	14.256.424,21	10.814.942,87
Transferência para Prejuízo no período	(5.990.129,89)	(4.129.602,13)
<b>Total</b>	<b>26.202.477,71</b>	<b>17.936.183,39</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	14.322.173,45	2,42%	11.599.544,29	2,90%
10 Maiores Devedores	83.638.939,89	14,12%	53.464.445,60	13,37%
50 Maiores Devedores	170.659.893,09	28,81%	106.581.211,00	26,66%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo inicial</b>	<b>18.948.984,24</b>	<b>19.402.185,42</b>
Valor das operações transferidas no período	5.990.129,89	4.129.602,13
Valor das operações recuperadas no período	(2.955.491,76)	(4.213.637,19)
Valor operações baixadas no período acima de 60 meses	(8.132.891,68)	-
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(77.186,05)	(369.166,12)
<b>Total</b>	<b>13.773.544,64</b>	<b>18.948.984,24</b>

h) Receitas e Operações de Crédito:

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a depositantes	265.778,92	561.563,69	332.293,55	635.322,35
Rendas de Empréstimos	27.723.695,64	54.861.895,23	23.959.509,79	44.385.499,35
Rendas de Títulos Descontados	2.243.285,46	5.117.313,15	2.747.315,85	5.217.175,79
Rendas de Financiamentos	3.614.349,87	7.168.957,92	3.186.584,32	5.569.135,09
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Livres	48.268,10	115.125,79	64.251,26	210.484,34
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados à Vista	452.899,44	856.492,89	104.115,25	188.466,02
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados da Poup. Rural	946.629,43	1.189.416,23	248.381,68	504.527,59
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados de LCA	36.207,43	281.111,91	57.684,03	81.341,04
Rendas de Financ. Rurais - Recursos de Fontes Públicas	2.488.573,79	4.849.167,85	1.966.023,87	3.676.520,86
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.519.683,34	2.958.491,76	2.931.986,21	4.016.416,78
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	2.856,96	4.763,71	532,71	914,20
<b>Total</b>	<b>40.342.228,38</b>	<b>77.964.300,13</b>	<b>35.598.678,52</b>	<b>64.485.803,41</b>



## 7 - OUTROS CRÉDITOS

Referem-se às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)</b>	598.727,78	-	531.298,06	-
<b>Rendas a Receber</b>	<b>1.539.654,49</b>	-	<b>1.568.994,05</b>	-
Rendas da Centralização Financeira Central (b) – Coop.	757.092,59	-	989.876,44	-
Outras Rendas a Receber	782.561,90	-	579.117,61	-
<b>Diversos</b>	<b>1.141.755,18</b>	<b>1.978.967,11</b>	<b>576.728,39</b>	-
Valores a Receber pela Venda de Bens (c)	366.863,25	1.978.967,11	-	-
Adiantamentos	285.990,93	-	332.875,64	-
Títulos e Créditos a Receber (d)	34.755,78	-	58.591,93	-
Devedores Diversos (e)	454.145,22	-	185.260,82	-
<b>Devedores por Depósitos em Garantia (f)</b>	-	<b>4.919.666,77</b>	<b>54.018,67</b>	<b>4.648.078,67</b>
<b>Ativos Fiscais Correntes e Diferidos</b>	<b>86,81</b>	-	<b>86,81</b>	-
<b>(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (g)</b>	<b>(490.561,61)</b>	<b>(32.870,69)</b>	<b>(369.570,22)</b>	-
<b>Total</b>	<b>2.789.662,65</b>	<b>6.865.763,19</b>	<b>2.361.555,76</b>	<b>4.648.078,67</b>

- (a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual
- (b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CREDIMINAS referente ao mês de dezembro/2020.
- (c) Refere-se a devedores por compra de valores e bens relativo a financiamento de bens não de uso.
- (d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber - Processo de Cobrança (R\$9.791,92), Valores a Receber - Tarifas (R\$24.963,86);
- (e) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$97.603,13), Plano de Saúde a Receber (R\$108.041,77), Pendências a Regularizar - Bancoob (R\$39.955,46) e outros (R\$208.544,86);
- (f) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Cofins (R\$2.580.742,57), Pis (886.545,02), Pis Folha (R\$1.198.266,75), trabalhista (R\$202.604,76) e cíveis (51.507,67)
- (g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco	Avais e Fianças Honrados	Outros Créditos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
			31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
AA	-	445.309,65	445.309,65	-	-	-
A 0,5%	-	753.367,41	753.367,41	(3.766,84)	-	-
C 3%	-	1.147.153,30	1.147.153,30	(34.414,60)	-	-
E 30%	99.020,80	-	99.020,80	(29.706,22)	164.078,98	(49.223,73)
F 50%	52.401,02	-	52.401,02	(26.200,55)	69.832,68	(34.916,38)
G 70%	59.872,97	-	59.872,97	(41.911,10)	39.854,30	(27.898,01)
H 100%	387.432,99	-	387.432,99	(387.432,99)	257.532,10	(257.532,10)
<b>Total Geral</b>	<b>598.727,78</b>	<b>2.345.830,36</b>	<b>2.944.558,14</b>	<b>(523.432,30)</b>	<b>531.298,06</b>	<b>(369.570,22)</b>
Provisões	(485.250,86)	(38.181,44)	(523.432,30)		(369.570,22)	
<b>Total Líquido</b>	<b>113.476,92</b>	<b>2.307.648,92</b>	<b>2.421.125,84</b>		<b>161.727,84</b>	

## 8 - OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Bens Não de Uso Próprio	530.845,05	2.226.756,06
Despesas Antecipadas	223.450,03	211.277,79
<b>Total</b>	<b>754.295,08</b>	<b>2.438.033,85</b>

Em Bens Não de Uso Próprio estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas, referentes a Prêmios de Seguros (R\$22.885,01), Aluguéis (R\$6.376,74), Processamento de Dados (R\$90.327,70) e outros (R\$103.860,58).

## 9 - INVESTIMENTOS

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.	26.520.531,54	25.653.388,59
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	187.935,96	187.935,96
<b>Total</b>	<b>26.708.467,50</b>	<b>25.841.324,55</b>

## 10 - IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	-	713.100,00	713.100,00
Edificações	4%	1.104.528,88	973.037,97
Imobilizações em Curso (a)	-	2.742.378,42	158.037,48
Instalações	10%	1.247.914,88	872.032,04
Móveis e Equipamentos	10%	4.415.887,45	3.351.649,11
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	4.974.028,75	4.938.698,80
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	10%	1.354.675,17	977.899,02
Veículos	20%	82.480,00	82.480,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Até 10%	3.905.686,85	2.399.316,11
<b>Total</b>		<b>20.540.680,40</b>	<b>14.466.250,53</b>
( - ) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		(6.663.105,51)	(5.245.335,46)
<b>Total</b>		<b>13.877.574,89</b>	<b>9.220.915,07</b>

- a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.



## 11 - DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos à Vista	319.778.378,67	-	165.203.662,64	-
Depósitos a Prazo	334.652.798,53	99.818,41	227.515.055,95	62.811,09
<b>Total</b>	<b>654.431.177,20</b>	<b>99.818,41</b>	<b>392.718.718,59</b>	<b>62.811,09</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	38.077.544,71	5,11%	17.718.506,00	4,01%
10 Maiores Depositantes	88.871.174,05	11,93%	57.222.319,36	12,94%
50 Maiores Depositantes	170.354.837,91	22,88%	110.063.317,77	24,89%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º Sem. 2020	31/12/2020	2º Sem. 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.087.553,56)	(7.202.047,49)	(5.581.798,63)	(11.660.626,59)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(472.186,67)	(1.182.904,14)	(731.284,45)	(982.430,90)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(14.754,43)	(14.754,43)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	(508.834,78)	(852.691,80)	(288.692,29)	(537.914,04)
<b>Total</b>	<b>(4.083.329,44)</b>	<b>(9.252.397,86)</b>	<b>(6.601.775,37)</b>	<b>(13.180.971,53)</b>

## 12 - RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	49.356.604,28	10.036,48	33.463.439,98	120.000,00
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	3.530.346,00	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52.886.950,28</b>	<b>10.036,48</b>	<b>33.463.439,98</b>	<b>120.000,00</b>

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(472.186,67)	(1.182.904,14)	0,15	(731.284,45)	(982.430,90)	0,34
Despesa Letras De Crédito do Imobiliário	(14.754,43)	(14.754,43)	0,15	-	-	-

## 13 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.



Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2019 Curto Prazo	31/12/2019 Longo Prazo
BANCOOB - Relações Interfinanceiras	De 2,75% até 8,94% a.a.	Até 10/2030	27.368.389,15	31.079.997,94	15.220.564,17	10.142.186,02
BANCOOB - Empréstimos	4,00% a.a.	Até 01/2024	1.428.908,78	28.563.989,80	-	-
Sicoob Central Crediminas - Relações Interfinanceiras	5,25% a.a.	Até 10/2021	1.056.148,04	-	-	-
Outras Instituições			89.590.120,37	5.667.697,32	71.690.548,58	5.573.535,69
<b>Total</b>			<b>119.443.566,34</b>	<b>65.311.685,06</b>	<b>86.911.112,75</b>	<b>15.715.721,71</b>

a) Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
BANCOOB	(1.564.036,80)	(2.621.816,96)	(639.465,95)	(1.064.740,54)
Sicoob Central Crediminas	(148,04)	(148,04)	(123.036,17)	(342.034,65)
Outras Instituições	(2.745.487,98)	(5.125.872,66)	(2.508.496,18)	(3.963.328,61)
<b>Total</b>	<b>(4.309.672,82)</b>	<b>(7.747.837,66)</b>	<b>(3.270.998,30)</b>	<b>(5.370.103,80)</b>

## 14 - RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Ordens de Pagamento (a)	38.077.544,71	17.718.506,00
Concessionários de Serviços Públicos	140.884,12	187.205,93
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	12,00	147,02
<b>Total</b>	<b>38.218.440,83</b>	<b>17.905.858,95</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

## 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	128.070,15	-	859.893,63	-
Sociais e Estatutárias	9.521.535,78	-	8.491.789,33	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2.198.001,92	-	1.413.978,68	-
Diversas	7.322.534,26	472.157,45	5.021.821,26	175.318,23
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	202.604,76	4.743.786,98	-	4.650.380,89
<b>Total</b>	<b>19.372.746,87</b>	<b>5.215.944,43</b>	<b>15.787.482,90</b>	<b>4.825.699,12</b>

### 15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educ. e Social (a)	2.556.799,92	1.681.982,30
Cotas de Capital a pagar (b)	4.908.135,14	4.943.287,13
Participações nas Sobras dos Empregados (c)	2.056.600,72	1.866.519,90
<b>Total</b>	<b>9.521.535,78</b>	<b>8.491.789,33</b>

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados desligados do quadro social.
- (c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 22/01/2021.

### 15.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	1.130.150,26	607.005,48
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	1.067.851,66	806.973,20
<b>Total</b>	<b>2.198.001,92</b>	<b>1.413.978,68</b>

- (a) Refere-se a provisões IRPJ e CSLL, do 4º trimestre de 2020 sobre atos não cooperativos;
- (b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN) e Provisão PIS Folha de pagamento.



Descrição	31/12/2020		31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Provisões Trabalhistas	202.604,76	-	172.933,11
Provisões Fiscais (a)	-	4.679.971,98	4.477.447,78
Outras Provisões	-	63.815,00	-
<b>Total</b>	<b>202.604,76</b>	<b>4.743.786,98</b>	<b>4.650.380,89</b>

(a) Refere-se a provisão para: Cofins (R\$2.580.742,57), Pis (R\$886.545,02), Pis Folha (R\$1.212.684,39).

## 16 - RESULTADOS DE EXERCÍCIO FUTURO

Refere-se a rendas de garantias prestadas sob CPR - Cédula de Produto Rural recebidas antecipadamente. As rendas serão apropriadas mensalmente "pro rata temporis".

## 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDIVAR opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	48.085.629,32	49.282.020,37
Associados	35.837	32.120

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

## 15.3 - Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Despesas de Pessoal	2.201.068,73	-	2.011.837,45	-
Outras Despesas Administrativas (a)	1.097.848,80	-	778.929,79	-
Cheques Descontados (b)	241.448,40	-	623.325,31	-
Provisões para Garantias Prestadas (c)	630.033,77	472.157,45	378.501,31	175.318,23
Convênios de Folha de Pagamento de Terceiros	1.763.516,08	-	985.886,92	-
Rateio de Despesas da Cooperativa Central	139.301,90	-	126.990,69	-
Credores Diversos – País (d)	1.249.316,58	-	116.349,79	-
<b>Total</b>	<b>7.322.534,26</b>	<b>472.157,45</b>	<b>5.021.821,26</b>	<b>175.318,23</b>

- (a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Aluguéis (R\$85.471,18), Comunicações (R\$143.871,26), Transporte (R\$90.158,49), Seguro Prestamista (R\$617.806,22) e outros (R\$160.541,65);
- (b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados à compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2020;
- (c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em	Provisões	Total em	Provisões
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
AA	6.164.042,73	-	5.841.636,77	-
A 0,5%	30.536.973,77	(152.685,47)	21.168.953,66	(105.845,36)
B 1%	11.485.202,99	(114.852,01)	7.003.730,39	(70.037,27)
C 3%	10.359.896,76	(310.796,92)	4.580.040,22	(137.401,25)
D 10%	2.424.708,16	(242.470,99)	1.108.913,23	(110.891,46)
E 30%	415.907,36	(124.772,31)	152.999,53	(45.899,88)
F 50%	80.193,92	(40.097,10)	15.403,71	(7.701,92)
G 70%	17.070,50	(11.949,35)	9.272,50	(6.490,76)
H 100%	104.567,07	(104.567,07)	69.551,64	(69.551,64)
<b>Total</b>	<b>61.588.563,26</b>	<b>(1.102.191,22)</b>	<b>39.950.501,65</b>	<b>(553.819,54)</b>

- (a) Referem-se a Pendências a Regularizar (R\$357.038,52), Pendências a Regularizar Bancoob (R\$728.524,59), Valores a Liquidar - Parcelas Crédito Consignado (R\$99.054,15) e outros (R\$64.699,32).

## 15.4 Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

Provisões constituídas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

### c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de junho de 2020, os cooperados deliberaram pela incorporação da da sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para Reserva Legal no valor de R\$ 11.153.277,61.

### d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	26.870.574,75	22.306.555,22
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	(125.929,97)	
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	<b>26.744.644,78</b>	<b>22.306.555,22</b>
<b>Destinações estatutárias</b>		
Reserva legal – 45%	(12.035.090,15)	(1.115.327,76)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(1.337.232,24)	(10.037.949,85)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>13.372.322,39</b>	<b>11.153.277,61</b>

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

## 19 - RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

Descrição	2020	2019
Resultado Bruto de Atos Não Cooperativos	6.339.024,32	4.593.921,41
Resultado Não Operacional	223.700,80	(113.814,57)
Lucro Líquido antes do IRRF e CSLL	<b>6.562.725,12</b>	<b>4.480.106,84</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.767.610,96)	(1.830.694,58)
<b>Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais</b>	<b>3.795.114,16</b>	<b>2.649.412,26</b>
Dedução Resolução 129 – Sicoob Confederação	(3.669.184,19)	(3.412.706,44)
<b>Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais</b>	<b>125.929,97</b>	<b>(763.294,18)</b>

O resultado de atos não cooperativos, quando positivo, é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.



## 20 - PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 976.989,36, equivalente a 72,50% da variação da SELIC. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 697.991,90, equivalente a 50% da variação da SELIC.

## 21 - DESPESA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Captação	(4.083.329,44)	(9.252.397,86)	(6.601.775,37)	(13.180.971,53)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(4.309.672,82)	(7.747.837,66)	(3.270.998,30)	(5.370.103,80)
Provisões para Operações de Crédito	(7.849.748,53)	(14.402.350,17)	(5.901.426,05)	(10.963.269,84)
<b>TOTAL</b>	<b>(16.242.750,79)</b>	<b>(31.402.585,69)</b>	<b>(15.774.199,72)</b>	<b>(29.514.345,17)</b>

## 22 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.718.970,48	3.203.351,34	1.468.972,20	2.715.695,67
Rendas de Transferências de Fundos	51.748,68	88.922,88	35.788,80	59.049,00
Rendas de Garantias Prestadas	171.506,87	320.378,09	19.383,57	51.732,49
Rendas de Outros Serviços	6.323.793,88	11.126.495,10	4.586.704,72	7.986.782,28
<b>TOTAL</b>	<b>8.266.019,91</b>	<b>14.739.147,41</b>	<b>6.110.849,29</b>	<b>10.813.259,44</b>



## 23 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	10.718,50	16.651,50	2.669,00	3.986,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	693.716,60	1.312.307,30	627.419,10	1.198.306,60
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	76.045,04	135.321,20	72.682,04	151.198,44
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	894.681,58	1.753.889,44	911.256,30	1.741.838,19
<b>TOTAL</b>	<b>1.675.161,72</b>	<b>3.218.169,44</b>	<b>1.614.026,44</b>	<b>3.095.329,73</b>

## 24 - DESPESA DE PESSOAL

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(27.743,40)	(55.486,80)	(27.204,60)	(57.181,07)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(640.934,82)	(1.520.200,89)	(635.877,24)	(1.473.711,23)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.200.748,34)	(4.389.844,42)	(2.020.399,04)	(3.937.538,02)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.161.461,43)	(4.139.374,74)	(1.890.923,05)	(3.744.116,93)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.337.090,03)	(12.296.189,11)	(5.632.576,35)	(10.799.870,53)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(29.188,08)	(95.288,08)	(59.910,40)	(67.914,65)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(119.224,98)	(243.079,66)	(136.454,95)	(265.695,92)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.516.391,08)</b>	<b>(22.739.463,70)</b>	<b>(10.403.345,63)</b>	<b>(20.346.028,35)</b>

## 25 - OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(297.044,06)	(615.872,50)	(298.828,78)	(572.067,22)
Despesas de Aluguéis	(1.007.308,16)	(1.895.874,39)	(796.216,76)	(1.484.685,86)
Despesas de Comunicações	(546.123,19)	(1.184.263,90)	(694.326,06)	(1.276.436,77)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(589.439,71)	(1.316.654,92)	(656.086,40)	(1.199.050,25)
Despesas de Material	(356.427,95)	(757.649,87)	(422.174,39)	(757.137,73)
Despesas de Processamento de Dados	(1.656.796,93)	(3.346.746,16)	(1.430.682,16)	(2.521.526,03)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(129.279,64)	(208.346,99)	(121.353,93)	(263.941,90)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(120.212,83)	(267.237,70)	(157.111,04)	(313.971,03)
Despesas de Publicações	(420,00)	(420,00)	-	-
Despesas de Seguros	(44.978,12)	(101.544,55)	(55.963,17)	(161.130,53)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.743.395,82)	(3.493.891,46)	(1.673.912,84)	(3.214.541,03)
Despesas de Serviços de Terceiros	(597.529,77)	(1.087.394,85)	(476.495,17)	(967.978,95)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.046.130,41)	(2.070.126,58)	(943.790,45)	(1.772.999,62)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(674.394,63)	(1.273.782,91)	(581.905,44)	(1.192.786,71)
Despesas de Transporte	(531.987,06)	(1.041.210,06)	(500.392,18)	(1.077.885,95)
Despesas de Viagem no País	(70.496,23)	(142.808,49)	(106.717,97)	(181.849,94)
Despesas de Depreciação	(872.587,35)	(1.679.918,95)	(748.115,76)	(1.404.374,40)
Outras Despesas Administrativas	(185.430,59)	(440.699,12)	(221.966,19)	(449.033,37)
Emolumentos judiciais e cartorários	(96.455,07)	(238.980,99)	(180.508,63)	(284.749,81)
Contribuição a OCE	(85.767,69)	(143.100,00)	(79.780,12)	(133.110,00)
Rateio de despesas da Central	(799.289,96)	(1.602.465,49)	(755.463,96)	(1.465.956,52)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(127.387,94)	(276.531,40)	(158.756,29)	(339.963,91)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.578.883,11)</b>	<b>(23.185.521,28)</b>	<b>(11.060.547,69)</b>	<b>(21.035.177,53)</b>

## 26 - OUTRAS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	144.823,05	582.206,65	59.725,46	329.765,38
Reversão de Provisão para Juros ao Capital	-	-	697.991,90	697.991,90
Reversão de Outras Provisões Operacionais	-	140.968,14	-	-
Dividendos Recebidos do Bancoob	-	23.840,38	-	48.565,80
Rendas de Cartões e Adquirência	1.553.572,47	3.474.277,50	1.915.153,73	3.549.873,45
Atualização de Depósitos Judiciais	20.383,06	85.469,28	47.479,99	47.479,99
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.255.721,67	2.365.868,72	1.094.545,38	1.821.689,83
Sobras Recebidas da Central	-	402.027,07	-	2.176.647,07
Juros ao Capital Recebidos da Central	709.225,47	709.225,47	863.535,10	863.535,10
Outras Receitas	901.877,26	1.083.698,77	414.226,62	558.024,26
<b>Total</b>	<b>4.585.602,98</b>	<b>8.867.581,98</b>	<b>5.092.658,18</b>	<b>10.093.572,78</b>



## 27 - OUTRAS RECEITAS/DISPÊNDIOS OPERACIONAIS

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Descontos Concedidos	(473.594,30)	(1.008.026,59)	(208.400,04)	(473.043,23)
Despesa com Tarifas	(3.179,06)	(5.181,06)	(1.521,24)	(72.253,06)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(32.104,58)	(68.302,56)	(32.951,18)	(56.474,57)
Contrib. ao Fundo Garantidor de Depósitos	(2.572,69)	(6.101,13)	(3.496,01)	(7.403,67)
Contrib. ao Fundo de Tecnologia da Informação	-	-	(234.651,08)	(465.717,70)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(22.844,08)	(26.049,45)	-	-
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(38.626,94)	(58.183,04)	-	-
Outras Contribuições Diversas	(295.343,38)	(531.555,01)	(237.439,57)	(365.835,50)
Perdas - Fraudes Externas	(11.000,00)	(66.000,00)	(100.581,49)	(100.581,49)
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	-	(455,00)	(1.372,06)
Perdas - Práticas Inadequadas	(8.907,05)	(12.271,76)	(7.968,06)	(8.076,70)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(60,00)	(60,00)	-	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(2.109,95)	(2.109,95)	(8.181,57)	(12.657,89)
Outras Despesas Operacionais	(59.124,95)	(276.348,62)	(66.313,61)	(161.511,45)
<b>Total</b>	<b>(949.466,98)</b>	<b>(2.060.189,17)</b>	<b>(901.958,85)</b>	<b>(1.724.927,32)</b>

## 28 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
<b>Lucros em Transações com Valores e Bens</b>	<b>486.307,03</b>	<b>494.956,86</b>	<b>52.154,17</b>	<b>52.154,17</b>
<b>Prejuízos em Transações com Valores e Bens</b>	<b>(184.325,03)</b>	<b>(192.378,17)</b>	<b>(5.693,30)</b>	<b>(5.756,01)</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>84.142,66</b>	<b>122.448,65</b>	<b>69.750,05</b>	<b>113.552,87</b>
Ganhos de Capital	39.248,54	68.559,74	61.060,91	98.841,29
Rendas de Aluguel	8.220,25	16.742,42	7.347,17	7.347,17
Outras Rendas Não Operacionais	36.673,87	37.146,49	1.341,97	7.364,41
<b>Outras Despesas</b>	<b>(125.726,56)</b>	<b>(201.326,54)</b>	<b>(216.504,57)</b>	<b>(273.765,60)</b>
Perdas de Capital	(44.949,72)	(100.792,35)	(182.472,45)	(219.614,83)
Despesas de Provisões Não Operacionais	(75.433,70)	(75.433,70)	-	-
Outras Despesas Não Operacionais	(5.343,14)	(25.100,49)	(34.032,12)	(54.150,77)
<b>Total</b>	<b>260.398,10</b>	<b>223.700,80</b>	<b>(100.293,65)</b>	<b>(113.814,57)</b>

## 29 - RESULTADO NÃO RECORRENTE

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para o exercício de 2020 não se aplica o resultado não recorrente.

### 30 - PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	13.559.070,76	0,98%	173.451,51
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	3.372.941,94	0,24%	23.423,19
<b>TOTAL</b>	<b>16.932.012,70</b>	<b>1,23%</b>	<b>196.874,70</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>17.871.790,37</b>	<b>2,04%</b>	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	20.190,40	131,68	0,43%
Direitos Creditórios Descontados	4.981.278,51	46.383,44	3,56%
Empréstimos	7.561.844,38	695.264,35	2,12%
Financiamentos	414.923,16	1.050,13	0,79%
Financiamentos Rurais	26.699,98	0,00	0,13%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	2.049.842,32	0,64	0,00
Depósitos a Prazo	9.578.022,70	2,86	0,17
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	493.553,90	0,93	0,15



Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração média aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDIVAR.

<b>Natureza das Operações Ativas e Passivas</b>	<b>Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.</b>	<b>Prazo médio (a.m)</b>
Direitos Creditórios Descontados	1,18%	1,85%
Empréstimos	1,59%	24,00%
Financiamentos Rurais - repasses	0,90%	13,09%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	1,07%	166,63%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	91,62%	162,60%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,60%	12,01%

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

#### **PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020**

Empréstimos e Financiamentos	0,97%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,31%
Crédito Rural	0,63%
Aplicações Financeiras	2,04%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

<b>NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO</b>	<b>GARANTIAS PRESTADAS</b>
Conta Corrente	69.895,24
Crédito Rural	21.015.476,03
Empréstimo	11.494.519,32
Financiamento	767.896,87

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

#### AS COBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)

Saldo em 2020	1.635.541,01
Saldo em 2019	2.073.162,18

No exercício de 2020, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Honorários	(358.257,90)	(714.491,74)	(345.347,16)	(690.554,10)
Conselho de Administração	(217.313,04)	(434.626,08)	(222.071,60)	(431.512,82)
Conselho Fiscal	(27.743,40)	(55.486,80)	(27.204,60)	(57.181,07)
Gratificações da Administração	(29.854,82)	(294.500,13)	(28.493,98)	(283.091,92)
Outras Despesas da Administração	(35.509,06)	(76.582,94)	(39.964,50)	(68.552,39)
FGTS Diretoria	(28.858,83)	(80.917,47)	(29.907,23)	(77.722,59)
INSS Diretoria/Conselhos	(121.045,90)	(300.204,00)	(126.117,11)	(293.802,26)
<b>Total</b>	<b>(818.582,95)</b>	<b>(1.956.809,16)</b>	<b>(819.106,18)</b>	<b>(1.902.417,15)</b>

### 31 - COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

O SICOOB CREDIVAR em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIVAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.



Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (nota 4)	457.663.364,13	245.892.363,29
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	26.520.531,54	25.653.388,59
Passivo circulante e não circulante - Relações Interfinanceiras (nota 13)	1.056.148,04	-

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2020, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 26 de agosto de 2020, com opinião sem modificação.

## 32 - GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

### 32.1 - Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 32.2 - Riscos de Mercado e Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 32.3 - Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 32.4 - Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 32.5 - Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

## 33 - COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 61.588.563,26 (31/12/2019 - R\$ 39.950.501,65), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.



### 34 - SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 35 - ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. Em 31/12/2020, o Patrimônio de Referência (PR) do SICOOB CREDIVAR estava em conformidade.

### 36 - PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	886.545,02	886.545,02	878.962,55	878.962,55
PIS FOLHA	1.212.684,39	1.198.266,75	1.041.293,22	1.039.027,00
COFINS	2.580.742,57	2.580.742,57	2.557.192,01	2.557.192,01
Trabalhistas	202.604,76	202.604,76	172.933,11	172.933,11
Outras Contingências	63.815,00	51.507,67	-	53.982,67
<b>Total</b>	<b>4.946.391,74</b>	<b>4.919.666,77</b>	<b>4.650.380,89</b>	<b>4.702.097,34</b>

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIVAR existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 958.945,50.

### 37 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade **Multi Instituído**. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante os exercícios de 2020 e 2019 foram:

<b>Descrição</b>	<b>2 Sem. 2020</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>2 Sem. 2019</b>	<b>31/12/2019</b>
Contribuição Previdência Privada	(39.048,42)	(72.707,74)	(25.141,94)	(45.554,64)

**Varginha-MG, 18 de fevereiro de 2021.**

José Pedro Garcia Reis  
**Presidente**

Ricardo Campos Borges  
**Diretor Administrativo**

Renato Rezende Paiva  
**Diretor de Negócios**

Elaine Cristina Neto  
**Contadora - CRC/MG 082.177**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. - SICOOB CREDIVAR  
Varginha - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. - SICOOB CREDIVAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIVAR em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Varginha/MG, 08 de março de 2021.



Júlio César Toledo de Carvalho  
Contador CRC MG 69.261/O

Elisângela de Cássia Lara  
Contadora CRC MG 086.574 O

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. – SICOOB CREDIVAR, no exercício de suas atividades legais e estatutárias, declara que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. – SICOOB CREDIVAR, em 31 de dezembro de 2020.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

**Varginha, 27 de janeiro de 2021**

Eduardo Moraes Ferreira  
**Coordenador do Conselho Fiscal**

Sebastião Aluísio de Sales  
**Secretário do Conselho Fiscal**

Guilherme Salgado Rezende  
**Conselheiro Fiscal**